

AS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO¹

Maria das Graças Rodrigues de PAULA²

Resumo: Este artigo corresponde à uma análise preliminar do papel das fundações educacionais no estado de São Paulo, no sentido de oferecer ensino superior acessível e de qualidade na atual conjuntura econômica globalizada.

Palavras chaves: Educação; fundação educacional; globalização

A escola enquanto instituição sempre existiu para sistematizar o conhecimento humano. As novas tecnologias do conhecimento como a informática vêm criando novos espaços de produção e divulgação do conhecimento modificando a forma de sua sistematização. Educar, hoje, é formar o indivíduo para enfrentar todas as situações que o mundo moderno apresenta. O conhecimento, hoje, é a grande riqueza deste século. Este mesmo conhecimento, que revolucionou o mundo, cria necessidades e alternativas de domínio de como usá-lo. O ensino superior existe para fazer com que o indivíduo pense e coloque as suas idéias em prática; e que esta prática seja útil para a comunidade. A antiga escola estática e elitista, que somente transmitia os conhecimentos, vem sendo substituída por uma escola atuante nas comunidades às quais pertencem, que incorporam as novas tecnologias, compartilhando dos seus avanços na melhoria da qualidade de vida.

Neste início do século XXI, estamos vivendo uma revolução de conceitos em todas as áreas do conhecimento. A globalização, a informação, o avanço tecnológico impõe uma renovação de valores e paradigmas. Os cidadãos da sociedade democrata passaram a exigir mais qualidade de vida tornando-se consumidores exigentes e conscientes de seus direitos. As instituições de ensino superior ligadas às Fundações Educacionais têm uma função importante neste contexto, devendo adotar modelos de gestão que otimizem todos os recursos financeiros, humanos e tecnológicos, objetivando para isso atender os propósitos empresariais e educacionais estabelecidos em seu objetivo social. Configura-se uma procura crescente

¹ Para a elaboração desse artigo agradeço as sugestões e revisões feitas por Maria Angélica Momenso Garcia.

² Doutoranda em Ciências Empresariais pela UMS/UNISUL. Docente da FCEA – CEP 16015-280 – Araçatuba (SP)

pelo ensino superior. As matrículas nesse nível de ensino cresceram 446% entre 1968 e 1989, sendo que esta expansão deve-se majoritariamente no setor privado, cujo crescimento foi de 633% contra 282% do ensino público (SOUSA, 1997, p.132).

A globalização da economia e a reestruturação dos processos produtivos, juntando-se à incorporação de novas tecnologias, principalmente nas áreas de informática e comunicações, têm sido apontadas como causa da necessidade do aumento da escolaridade para que o indivíduo possa manter-se no mercado de trabalho. Os postos de trabalho que estão sendo criados exigem novas habilidades e conhecimentos dos trabalhadores com reflexos imediatos em todos os níveis de ensino, do fundamental ao superior.

As Instituições de Ensino Superior do país, vêm sofrendo nos últimos anos mudanças profundas em toda a sua estrutura para o cumprimento a legislação referente à nova lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, bem como a implantação do Exame Nacional de Cursos do MEC, que tem como uma das principais exigências a qualificação dos docentes, o desenvolvimento da pesquisa, a extensão universitária, proporcionando a participação efetiva na vida da comunidade.

O atendimento à demanda pelo ensino superior tem sido feita no Brasil por instituições públicas e particulares de ensino. As instituições públicas federais e estaduais caracterizam-se pelo fato de serem mantidas com recursos públicos, enquanto as instituições municipais: fundações educacionais, em sua maioria custeiam suas atividades com cobrança de mensalidades.

As Instituições Municipais no estado de São Paulo, são subordinadas ao Conselho Estadual de Educação de São Paulo, e são aquelas criadas por uma lei municipal.

Dados do INEP indicam que, dos 678 mil alunos matriculados no ensino superior em 1998, cerca de 556 mil freqüentavam as instituições particulares (82%) e cerca de 122 mil freqüentavam instituições públicas (18% do total). As federais atendiam apenas 6600 alunos (5% do total de alunos do setor público), as estaduais, 76651 (63%), as municipais 39497 alunos (32%) (INEP).

No estado de São Paulo a rede municipal de ensino superior apresenta uma tendência de crescimento, pois as Fundações Educacionais vem oferecendo uma diversificação na oferta de cursos e conseqüentemente um aumento do número de vagas, isto pela maior agilização do Conselho Estadual de Educação de São Paulo na aprovação de novos cursos, na mais efetiva fiscalização no reconhecimento dos mesmos e na avaliação das Instituições e cobrança que é feita regularmente com visitas de professores especialmente contratados pelo Conselho Estadual de Educação.

Considerando as estatísticas do INEP, os dados considerados até 1998 refletem a redução na oferta de cursos das instituições públicas federais e estaduais. Apenas as instituições municipais elevaram a oferta de cursos, em quase 6% (INEP).

As instituições municipais de ensino superior passam a ser uma alternativa viável para a demanda gerada pelo aumento do número de concluintes do ensino médio, dada a crescente diversificação de cursos e o aumento da qualidade exigida pela fiscalização direta do Conselho Estadual de Educação: Existem 44 instituições municipais de ensino superior no Estado de São Paulo das 78 existentes no país, tais instituições públicas sem fins lucrativos, apesar de na sua maioria não receberem recursos públicos para o seu funcionamento e tendo como única fonte de renda as anuidades cobradas de seus alunos, podem ter uma mensalidade acessível ao padrão da região onde estão localizadas.

Estas instituições, em sua maioria, cumprem uma função social extremamente importante que é ampliar as oportunidades de estudo aos alunos menos favorecidos, geralmente aos adivinhos de escolas públicas que não conseguem vagas nas universidades federais e estaduais. Elas atuam em parte na democratização do ensino superior e hoje já tem grande atuação social.

As fundações educacionais do Estado de São Paulo, paulatinamente a partir de 1951, quando foi criada a primeira Fundação Municipal no Estado de São Paulo, na cidade de Franca, vem exercendo o papel de suprir a demanda de alunos de baixa renda. O maior número de fundações criadas no Estado de São Paulo foram nas décadas de 1960 e 1980. No quadro abaixo estão relacionados as fundações municipais, criadas no Estado de São Paulo por ordem da criação.

QUADRO 1

Fundações Educacionais de Ensino Superior no Estado de São Paulo

Ano	Cidade	Instituição	Atos Legais
1951	Franca	Fac. Ciências Econ. Adm e Cont.	Decreto Federal n. 29 377/51
1954	Santo André	Fac. Ciências Econ. Adm	Decreto Federal n. 35 540/54
1957	Franca	Faculdade de Direito	Lei Municipal n. 653/57
1961	S. J. Boa Vista	Fac. De Administração e Economia	Lei Municipal n. 187/61
1964	Osasco	Fac. Ciências Econ. E Adm.	Lei Municipal n. 403/64
1964	São Bernardo	Faculdade de Direito	Lei Municipal n. 1 246/64
1964	S. J. do Rio Pardo	Fac. Filosofia Ciências e Letras	Lei Municipal n. 415/64
1966	Barretos	Faculdade de Engenharia	Parecer CFE n. 57/66
1966	Catanduva	Fac. Filosofia Ciências e Letras	Lei Municipal n. 803/66
1966	Penápolis	Fac. Filosofia Ciências e Letras	Lei Municipal n 490/66
1966	Santo André	Fac. Filosofia Ciências e Letras	Decreto Federal n. 57 849/66
1967	Adamantina	Fac. Filosofia Ciências e Letras	Lei Municipal n. 853/67
1967	Bragança Paulista	Fac. Ciências e Letras	Lei Municipal n. 855/67
1968	Piracicaba	Escola de Engenharia	Lei Municipal n. 1 556/68
1968	São Caetano do Sul	Inst. Municipal de Ensino Superior	Resolução CEE n. 16/68
1969	Avaré	Fac. Ciências e Letras	Parecer CEE n. 224/69
1969	Barretos	Faculdade de Ciências	Resolução CEE n. 3/69
1969	Cruzeiro	Escola Superior de Educação Física	Lei Municipal n. 1 007/69
1969	Jundiaí	Faculdade de Medicina	Resolução CEE n. 6/69
1969	Lorena	Fac. Engenharia Química	Lei Municipal n. 687/69
1969	Santo André	Faculdade de Medicina	Decreto Federal n. 64 062/69
1972	Avaré	Escola Superior de Educação Física	Parecer CEE 1 535/72
1972	Jaú	Fac. Filosofia Ciências e Letras	Parecer CEE n. 680/72
1972	Santa Fé do Sul	Faculdade de Educação Física	Parecer CFE n. 158/72
1972	São Manuel	Inst. Municipal de Ensino Superior	Decreto Federal n. 71 609/72
1973	Jundiaí	Escola Superior de Educação Física	Parecer CEE n. 2 992/73
1974	Taubaté	Universidade Municipal	Lei Municipal n. 1 498/74
1980	Adamantina	Fac. Enfermagem e Obstetrícia	Lei Municipal n. 1 547/80
1983	Bebedouro	Inst. Municipal de Ensino Superior	Lei Municipal n. 1 612/83
1983	Fernandópolis	Fac. Enfermagem e Obstetrícia	Parecer CEE n. 242/83
1984	Barretos	Faculdade de Odontologia	Parecer CEE n. 651/84
1984	Jaú	Fac. Enfermagem e Obstetrícia	Parecer CEE n. 1 834/84
1985	Assis	Inst. Municipal de Ensino Superior	Lei Municipal n. 2 374/85
1985	Barretos	Fac. De Administração	Parecer CEE n. 816/95
1987	Birigüi	Faculdade de Tecnologia	Parecer CEE n. 1 583/87
1988	Araçatuba	Fac. De Ciências Econômicas	Parecer CEE n. 1 053/88
1988	Santa Fé do Sul	Fac. Ciências e Letras	Parecer CEE n. 645/88
1989	Fernandópolis	Fac. Ciências e Letras	Parecer CEE n. 1 095/89
1995	Jaú	Faculdade de Direito	Parecer CEE n. 773/95
1997	Araras	Uniararas	Portaria MEC 555/97
1997	Matão	Inst. Matonense de Ensino Superior	Lei Municipal n. 2 548/97
1998	Taquaritinga	Inst. Taquarit. De Ensino Superior	Parecer CEE n. 375/98
1999	Mogi Guaçu	Faculdade Municipal	Parecer CEE n. 509/99
2000	Ibitinga	Fac. Filosofia Ciências e Letras	Parecer CEE n. 233/2000

Fonte: CEE/ SP.

As condições de ensino destas instituições municipais são avaliadas periodicamente a partir dos seguintes critérios:

- Titulação do corpo docente, jornada de trabalho, publicações científicas e participação em eventos científicos.
- Projeto pedagógico da Instituição e Instalações.

QUADRO 2

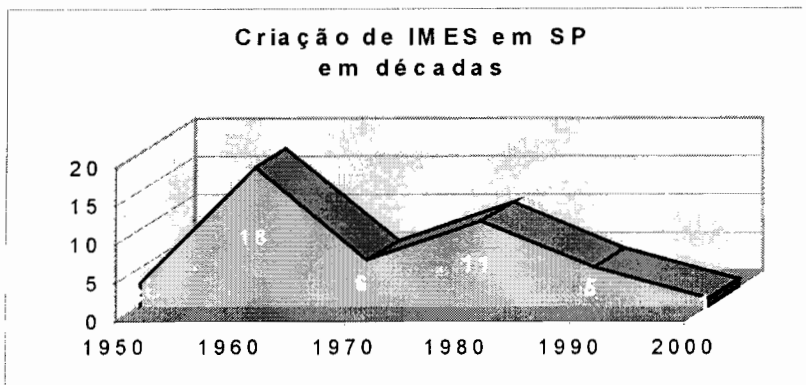
Avaliação das condições de oferta dos cursos, por instituições: IMES/ São Paulo

Município	Instituições	Cursos	Ano	Docentes	Org.D.Ped	Instalações
Bebedouro	Inst. Munic. Ens. Superior	Administração	1997	CI	CB	CB
Jaú	Fac. De Administração	Administração	1997	CR	CB	CMB
Franca	Fac. Ciências Econ. Adm e Cont	Administração	1998	CB	CB	CB
	Fac. De Direito	Direito	1998	CR	CR	CR
Barretos	Fac. De Engenharia	Engenharia Civil	1998	CR	CB	CB
	Fac. De Odontologia	Odontologia	1998	CMB	CR	CR
Osasco	Fac. Integradas	Administração	1998	CR	CI	CB
Santo André	Fac. Ciências Econ e Adm.	Administração	1998	CR	CB	CR
S.B. Campo	Fac. Direito	Direito	1998	CR	CR	CB
S. Caetano Sul	Inst. Munic. Ens. Superior	Administração	1998	CB	CB	CMB
S.J. Boa Vista	Fac. Adm. Economia	Administração	1998	CR	CI	CB
Taubaté	Universidade de Taubaté	Administração	1998	CR	CI	CR
	Universidade de Taubaté	Direito	1998	CI	CB	CB
	Universidade de Taubaté	Engenharia Civil	1998	CR	CR	CR
	Universidade de Taubaté	Odontologia	1998	CB	CI	CR
Franca	Fac. Ciências Econ. Adm e Cont	Ciências Econ.	1999	CR	CR	CB
Jundiaí	Fac. De Medicina	Medicina	1999	CB	CB	CB
Osasco	Fac. Ciências Econ. E Adm.	Ciências Econ.	1999	CI	CI	CI
Piracicaba	Escola de Engenharia	Eng. Mecânica	1999	CR	CMB	CB
Santo André	Fac. Ciências Econ e Adm.	Ciências Econ.	1999	CR	CR	CB
	Fac. Filosofia Ciências e Letras	Matemática	1999	CR	CI	CI
	Fac. Filosofia Ciências e Letras	Matemática	1999	CR	CI	CI
S. Caetano Sul	Inst. Munic. Ens. Superior	Ciências Econ.	1999	CR	CR	CB
S.J. Rio Pardo	Fac. Adm. Economia	Ciências Econ.	1999	CR	CR	CR
Taubaté	Universidade de Taubaté	Ciências Econ.	1999	CR	CR	CI
	Universidade de Taubaté	Engenharia Elétrica	1999	CB	CB	CMB
	Universidade de Taubaté	Eng. Mecânica	1999	CR	CR	CI
	Universidade de Taubaté	Jornalismo	1999	CB	CB	CI
	Universidade de Taubaté	Matemática	1999	CR	CI	CR
	Universidade de Taubaté	Matemática	1999	CR	CI	CR
	Universidade de Taubaté	Medicina	1999	CI	CB	CR
Araçatuba	Fac. Ciências Econ. Araçatuba	Ciências Econômicas	1999	CR	CB	CB
S.J. Rio Pardo	Fac. Filosofia Ciências e Letras	Matemática	2000	CR	CI	CI

Fonte: SESu / MEC

A maior parte das fundações educacionais no estado de São Paulo foram criadas para atender a demanda de ensino superior nas regiões centro-oeste do estado e noroeste. Com exceção de alguns criados, próximos aos grandes centros, onde é mais fácil o acesso às Universidades Públicas estaduais e federais, a maior parte foram criadas onde não havia instituições de ensino superior no município, principalmente entre os anos de 1960 e 1980, quando se dá a maior expansão das fundações municipais de ensino (ver gráfico a seguir).

Gráfico 1



Em números exatos as faculdades mantidas por fundações municipais no estado de São Paulo são as seguintes:

- Década de 1950 – 3 faculdades fundadas
- Década de 1960 – 18 faculdades fundadas
- Década de 1970 – 6 faculdades fundadas
- Década de 1980 – 5 faculdades fundadas

Do início do ano de 2000 até o momento foi fundado apenas uma faculdade mantida por fundação municipal de ensino no município de Ibitinga.

As condições de ensino dessas instituições apresentam os seguintes dados, quanto à avaliação do corpo docente, que esta continua sendo uma das principais deficiências das instituições municipais de ensino superior do Estado de São Paulo, pois 28 dos cursos avaliados (82%) recebeu os piores conceitos: CR – Condições regulares (65,71%) e CI – Condições Insuficientes (14,29%). Dos outros sete cursos, apenas um recebeu o conceito máximo, CMB – Condições Muito Boas e aos outros seis foi atribuído o conceito CB – Condições Boas, conforme se pode verificar pela Tabela.

Quadro 3 – Avaliação do Corpo Docente – IMES / SP (1997-2000)

Conceitos	Incidência	Part. %
Condições Muito Boas – CMB	1	2,86%
Condições Boas – CB	6	17,14%
Condições Regulares – CR	23	65,71%
Condições Insuficientes – CI	5	14,29%

Fonte: SESu/ MEC

Com relação à organização didática pedagógica e à instalação as condições dessas instituições de ensino vem melhorando gradativamente, como demonstra os gráficos à seguir

Gráfico 2

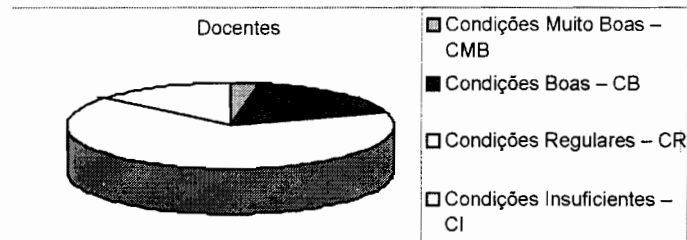


Gráfico 3

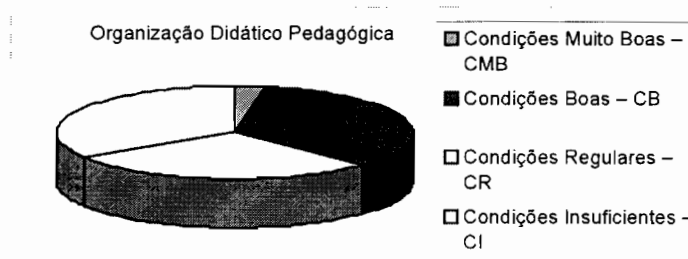
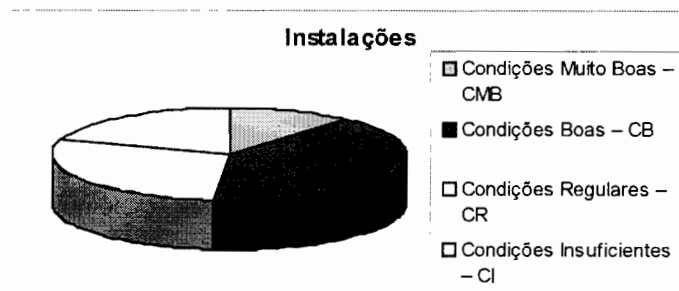


Gráfico 4



Não haverá mudanças significativas no campo educacional se a sociedade não se mobilizar, o problema social deve ser resolvido pelos cidadãos, pela organização da sociedade civil e as Fundações Educacionais devem ser elementos atuantes trabalhando na educação superior em todos os níveis, na pesquisa, na prestação de serviço social, na formação da opinião pública, nos projetos sociais. A ação socialmente responsável leva inevitavelmente à responsabilidade política.

Pensando em termos globais, a partir da atual conjuntura e demanda, Simon Schwartzman apresenta uma proposta interessante ao argumentar que “o acesso à informação no plano internacional é barato, incluindo aí circulação e mobilidade de cientistas, além de produtos e processos oferecidos no mercado mundial, sendo o principal requisitos para aproveitar essa oportunidade e compartilhar esse recursos de conhecimento a capacidade social dos países, que essencialmente é na questão de educação e capacitação científica” (1995, p.30). As fundações educacionais poderiam estar fazendo esse papel de aproveitar a tecnologia produzida mundialmente e aplicá-lo em suas instituições, além de capacitar os profissionais que nela atuam.

De acordo com Octávio Ianni a “Cidadania do cidadão do mundo está apenas em esboço, pensada, prometida, imaginada. As organizações governamentais multilaterais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) e outras, inclusive não-governamentais, pouco podem realizar, de modo a concretizar a vigência dos princípios de liberdade e igualdade em escala mundial” (1999, p.111).

Os conceitos de público e privado nesse contexto globalizado não se aplicam mais automaticamente a Estado e sociedade civil, respectivamente, pois é “na esfera social-pública, ainda emergente que encontram-se os movimentos e instituições que, embora, formalmente privados, perseguem objetivos sociais, articulando na prática a construção de um espaço público não-estatal” (Vieira, 1998, p.64). Vendo assim, as fundações educacionais podem estar se enquadrando nesse modelo e responder às demandas coletivas.

PAULA, Maria das Graças Rodrigues de Paula. The Educational Foundations in the Context of Globalization. *Economia & Pesquisa, Araçatuba*, v.3, n.3, p. 119-127, mar.2001.

Abstract: This article corresponds to a previous analysis on the role of the educational foundations in the state of São Paulo, in the sense of offering accessible superior education with quality in the present globalized economical setting.

Keywords: Education; educational foundations; globalization.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FRANCO SOBRINHO, Manoel de Oliveira. **Fundações e empresas públicas**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1972, 277p.
- IANNI, Octávio. **A sociedade global**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Exame nacional de cursos: relatório-síntese 1999**. Brasília: MEC, 1999.
- RAFAEL, Edson José. **Fundações e direito**. 3 ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1997.
- SCHWARTZMAN, Simon (coord). **Ciência e tecnologia no Brasil: Política industrial, mercado de trabalho e instituições de apoio**. Rio de Janeiro: FGV, 1995, 384p.
- SOUZA, Aparecida Neri. Movimento sindical docente: a difícil trajetória In LEITE, Márcia de Paula. **O trabalho em movimento**. Campinas: Papirus, 1997.
- VIEIRA, Lizzt. **Cidadania e Globalização**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.